

Têm os Países mais Pobres menos Capacidade de Redistribuição?

Martin Ravallion, Development Research Group, Banco Mundial

O governo de um país rico não estará inclinado a dar a sua ajuda a um país que tenha capacidade interna para combater a pobreza através de redistribuição tirando de pessoas com um padrão de vida semelhante ao dos contribuintes nesse país rico. Ainda não temos entretanto os instrumentos para medir a capacidade de redistribuição que reflete essa propriedade. Com efeito, as medidas anteriores implicam pesadas cargas tributárias sobre as pessoas que seriam consideradas pobres nos países ricos.

A questão da capacidade do país para redistribuição, também surge nas discussões da política de desenvolvimento nos países em desenvolvimento. Costuma-se argumentar que a “redução sustentada da pobreza é impossível sem um crescimento sustentado.” Para aceitar esta afirmação deve-se essencialmente rejeitar o seu corolário: “a redução sustentável da pobreza é impossível através da redistribuição de renda.” É mesmo?

Novas e melhores medidas da capacidade de redistribuição podem ser concebidas e executadas com os dados atualmente disponíveis (Ravallion, 2009). Estas medidas fazem uma suposição mais atraente sobre como a carga tributária é para ser repartido entre os que vivem acima da linha da pobreza: a carga é de zero até que se atinja um padrão de vida que não constituiria pobreza em um país rico representativo, e então se eleva como uma parcela da renda superior à linha dos países ricos.

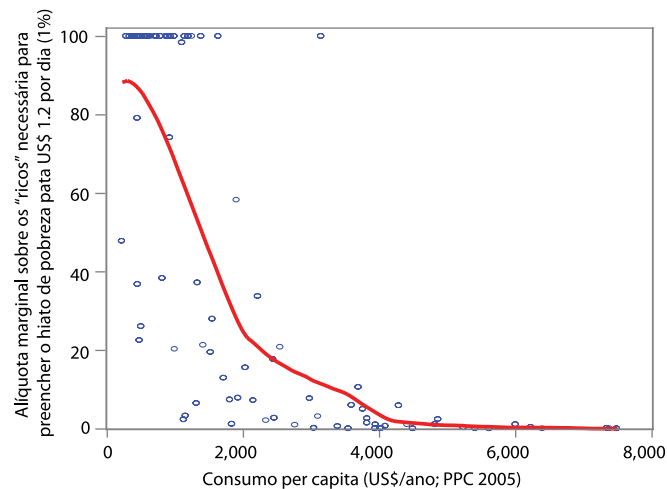
Na aplicação destas medidas utilizando dados de 90 países em desenvolvimento, descubro que os países em desenvolvimento se dividem em dois grupos distintos. O primeiro parece ter pouco ou nenhum espaço para ter um impacto sério sobre o problema da extrema pobreza absoluta através da redistribuição interna tirando daqueles que não são pobres pelos padrões estadunidenses. O segundo grupo parece ter muito mais espaço para essa redistribuição. A maior parte dos países mais pobres em termos de consumo médio se situa no primeiro grupo. As alíquotas marginais (AMs) necessárias para preencher a lacuna de pobreza para a linha internacional de pobreza de US \$ 1,25 por dia são claramente proibitivas (alíquotas marginais de mais de 50 por cento e muitas de 100 por cento ou superiores) para a maioria dos países com o consumo per capita abaixo de US \$ 2.000 por ano pela paridade do poder de compra de 2005. Mesmo que cubram metade do hiato de pobreza exigiria AMS proibitivas na maioria dos países pobres. No entanto, entre os países em desenvolvimento em melhor situação, com mais de US \$ 4.000 por ano (por exemplo), as alíquotas marginais necessária para significativa redistribuição pró-pobres são realmente muito pequenas - menos de 1 por cento em média, e abaixo dos 6 por cento em todos os casos (vide Figura).

Programas de renda básica (garantindo a renda na linha de pobreza para todos, sejam pobres ou não), financiados por impostos progressivos sobre a renda exigiriam também alíquotas marginais proibitivas na metade mais pobre dos países em desenvolvimento. Se a carga tributária fosse limitada a aqueles que não são pobres por padrões de países desenvolvidos, proporcionando uma renda básica de R \$ 1,25 por dia necessitaria de alíquotas marginais de 100 por cento ou mais para três quartos dos países. Mesmo para países em desenvolvimento de renda média, esse tipo de redistribuição só começa a ficar viável em termos de alíquotas marginais implícitas se for levada em conta uma renda básica sensivelmente inferior a US\$ 1,25 por dia e / ou encargos tributários significativos sobre a classe média.

A ênfase dada frequentemente ao papel do crescimento econômico para a redução da pobreza nos países pobres pode reivindicar o apoio destes novos indícios sobre a capacidade de redistribuição, em países pobres. Os países mais pobres parecem ter pouca capacidade para atacar a pobreza através da redistribuição de renda, dado o peso absoluto da pobreza e da tenuidade das camadas ricas em sua distribuição inicial. Mas com o crescimento econômico suficiente as alíquotas de imposto sobre os ricos necessárias para cobrir o hiato de pobreza começam a cair rapidamente. Assim, faz sentido que os países mais pobres concentrem-se no crescimento, e dependam mais de ajuda, mas que a redistribuição comece a emergir como uma estratégia viável para combater a pobreza em níveis mais elevados de renda.

Estas novas medidas e os dados sugerem uma resposta afirmativa à pergunta formulada no título deste One Pager. No entanto, esse apoio vem com qualificações. A capacidade de redistribuição varia entre os países em qualquer nível de renda média. E a variação é maior entre os países mais pobres; existem ainda alguns países pobres, onde um impacto substancial sobre a pobreza pode ser feito com tributação aparentemente leve sobre os ricos. Estas diferenças têm pouca relação com uma medida padrão de desigualdade, mas refletem os parâmetros mais profundos da distribuição de renda em cada país, que para começar geraram pobreza mais baixa.

AMs sobre aqueles que Vivem acima da linha de Pobreza Estadunidense Necessárias para Cobrir o Hiato de Pobreza para a Linha de Pobreza de US \$ 1,25 por dia para 90 Países em Desenvolvimento



Referência:

Ravallion, Martin (2009) "Do Poorer Countries have less Capacity for Redistribution?" Policy Research Working Paper 5046, World Bank (Washington, DC).